



**Reunião Extraordinária da Assembleia  
da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo  
18.04.2012  
Ata dois/2012**

Ao décimo oitavo dia do mês de Abril de 2012, com início pelas vinte e uma horas, teve lugar, no auditório da sede da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, em Tomar, a segunda reunião extraordinária de 2012 da Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, com a seguinte ordem de trabalhos: -----  
-----

**Antes da Ordem do Dia:**

1. Período antes da ordem do dia.

**Ordem do dia:**

1. Informação da atividade da CIMT;
2. Apreciação e votação da proposta de alterações ao Regulamento de Tabela de Taxas;
3. Apreciação e votação da proposta de Regulamentos do SIADAP: Regulamento de Funcionamento da Comissão de Avaliação da CIMT e Regulamento da Comissão Paritária da CIMT;
4. Alteração do Mapa de Pessoal;
5. Apreciação e votação do Relatório de Gestão 2011;

-----  
-----  
Estiveram presentes na reunião os deputados eleitos constantes da folha de presenças anexa à presente ata e da qual faz parte integrante. -----  
-----

Estiveram ainda presentes, a Secretária Executiva, Teresa Taborda, Cristina Diogo e Rita Trindade que secretariaram a reunião. -----  
-----

**Antes da Ordem do Dia:**

1. Período antes da ordem do dia.-----  
-----

Iniciados os trabalhos, a Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal começou por referir que já havia quórum para iniciar a reunião, contando com a presença de 28 deputados na sala.-----

Referiu as faltas e respetivas substituições, começando pelo deputado Luís Filipe Dias Grácio que solicitou ser substituído por Maria de Fátima Búzio, que também não podia comparecer por motivos de saúde. Numa situação destas não havia lugar a substituição. Por outro lado, o deputado Paulo da Encarnação Silva Bacelar Macedo foi substituído pelo deputado Paulo Alexandra Martins Mendes que ainda não tendo tomado posse, teve de se dirigir ao púlpito e fazer o seu juramento legal, ficando assim empossado.-----

O deputado Rui Monteiro Picciochi deveria ser substituído pelo deputado Ricardo Honório que também não podia estar presente. Os deputados do PS, António Ribeiro Gameiro e Manuel Duarte Santos não têm substituição comentou a Presidente da Mesa da AI.-----

-----  
A Presidente da Mesa da AI agradeceu de seguida a presença do Senhor Presidente do Conselho Executivo, após a última reunião da Assembleia. Ainda no período antes da ordem do dia a Presidente da Mesa da AI referiu que estavam duas atas para aprovação, nomeadamente a ata da reunião extraordinária do dia 12 de Março, já com as alterações incluídas a pedido do deputado João Ramiro Silva da bancada da CDU, e a ata do dia 30 de Março da reunião ordinária.-----

-----  
Questionou os senhores deputados se queriam fazer alguma intervenção e se as atas podiam ser colocadas a votação.-----

O deputado Ramiro Silva da bancada da CDU, voltou a referir que a ata do dia 12 de Março apesar de melhorada, continuava ainda a ser omissa em relação a duas discussões nomeadamente do deputado Carlos Garrudo e do deputado Manuel Filipe, referindo que não foi evidenciado a valorização do trabalho autárquico.-----  
Tendo em conta esta situação, a Presidente da Mesa da AI solicitou ao deputado Ramiro Silva que fizesse chegar aos serviços da CIMT por escrito a intervenção que pretende que seja colocada em ata. Referiu também a este deputado, que muitas vezes a linguagem verbal tem algumas hesitações e há que ter algum cuidado com o que é escrito e com o português. Contudo, ia colocar a ata a votação e incorporar a informação solicitada.-----

-----  
O deputado José Batista interveio para referir que devia ser referenciado que ao contrário da ata do dia 12 de Março, a ata do dia 30 de Março estava bem redigida, em condições bem diferentes da do dia 12 de Março, referenciando que também não se poderia apenas falar no que estava mal e esclarecer que o mesmo se tem de fazer quando as situações são contrárias.-----

-----  
No que diz respeito à ata do dia 30 de Março, a Presidente da Mesa da AI referiu que já estava redigida com as alterações solicitadas pelo deputado João Simões.-----

-----  
Face ao exposto, as duas atas forma colocadas a votação. A ata do dia 12 de Março foi aprovada com 6 abstenções e sem votos contra, a ata do dia 30 de Março foi aprovada com 5 abstenções e sem votos contra.-----

-----  
A Presidente da Mesa da AI ainda no período antes da ordem do dia questionou se algum deputado pretendia fazer alguma intervenção.-----

-----  
Foi dada a palavra ao deputado da CDU Ramiro Silva. Este deputado referiu que pretendia saber qual o ponto de situação colocado pela CDU na última reunião referente à proposta do Senhor Presidente do Conselho Executivo reunir com o

Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo, a proposta da reorganização dos serviços, e em particular das urgências.-----

Referiu que tal situação se mantém atual, uma vez que a situação se tinha agravado com as demissões dos diretores do serviço de cirurgia e medicina interna, com os contínuos relatos dos utentes nas dificuldades que estão a sentir no acesso aos serviços, e com os relatos públicos da Senhora Presidente da Câmara Municipal de Abrantes que iria reunir com o Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo com o objetivo de corrigir o que estava a correr mal.-----

Este deputado disse que todos os dias se conhecem coisas novas, realçando que ainda durante o dia de hoje tivera conhecimento que no final do mês irá encerrar a cirurgia do ambulatório em Torres Novas, o que considera gravíssimo e que o serviço de gastro também iria para Abrantes. Referiu que esta situação vinha dar razão aos que como a CDU pediram a suspensão da citada reorganização para uma melhor reflexão sobre a reorganização e o envolvimento e participação das autarquias. Tal reunião caso ainda não tenha acontecido, referiu o deputado, que se revestia da maior urgência, bem como, com os responsáveis da ARS, no sentido de promover uma articulação efetiva dos cuidados de saúde.-----

Ramiro Silva, esclareceu que, estávamos perante uma cadeia de encerramentos de centros e extensões de saúde preocupante com estava a acontecer com os casos de Vila do Poço e Casais Igreja (Torres Novas), e que interessava inventariar ao nível da região o que encerrou e o que estava previsto encerrar.-----

Terminou a sua intervenção concluindo que, até ao momento não se conhecem poupanças; não existem ganhos na saúde, e o acesso está mais longe e mais caro.-----

Não havendo mais inscrições foi dada a palavra ao Presidente do Conselho Executivo, que referiu já estar habituado às questões que a CDU levanta sobre a saúde no Médio Tejo e sobre o Centro Hospitalar do Médio Tejo.-----

Agradeceu a sugestão dada, realçando que os órgãos são distintos e que a CDU se pretende a marcação de uma reunião pode fazê-lo independentemente. Referiu ainda que caso a Presidente da Mesa da AI quiser solicitar esta reunião que o pode fazer e caso assim ao Presidente da AI assim o entenda pode acompanhá-la.-----

Esclareceu que o Conselho Executivo tem mantido um permanente diálogo com esta administração, pelo que, não estão dispostos a aceitar a sugestão da CDU.-----

A Presidente da Mesa da AI esclareceu que, na sequência da última reunião, deu conta ao Senhor Presidente do Conselho Executivo, através de ofício, da preocupação demonstrada pela CDU. Referiu de igual modo que, caso se considere pertinente e os deputados considerarem que se devem avançar com esta reunião, está disponível. Contudo, alertou que, não lhe parecia para já ser o momento mais oportuno visto se verificar que quando há mudanças os primeiros momentos são de convulsão. Face a esta situação, lhe parecia ser mais sensato equacionar esta situação na próxima reunião da Assembleia Intermunicipal.-----

O Senhor Presidente do Conselho Executivo pediu a palavra para deixar um convite à mesa da Assembleia, referindo que, na próxima reunião que o Conselho Executivo tiver com a Administração do Centro Hospital do Médio Tejo têm muito gosto em que a mesa desta assembleia estivesse presente.-----

O deputado Ramiro Silva esclareceu que a CDU tem o direito de sugerir que a reunião se faça, pode concordar ou não com o Presidente do Conselho Executivo, mas reafirmou que cabe à CDU falar para que as coisas melhorem.-----

A Presidente da Mesa da AI esclareceu que ninguém tinha colocado em causa as intervenções do deputado Ramiro Silva. Esclareceu que se comprometia a estar presente nessa reunião.

**Ordem do dia:** -----  
-----

**1. Informação da atividade da CIMT**-----  
-----

A Presidente da Mesa da AI deu a palavra ao Presidente do Conselho Executivo que teceu algumas notas sobre a atividade da CIMT enunciando em particular alguns projetos que no seu entender mereciam alguma evidência. Realçou também a "volta" que irá ser dada ao nível do Poder Local e em particular às Comunidades Intermunicipais.-----

Referiu o mérito dos serviços e dos autarcas. A presença assídua dos autarcas nas reuniões do Conselho Executivo, também permite um bom andamento dos trabalhos.-----

No que respeita aos projetos propriamente ditos, não se alongando muito a esclarecer cada um detalhadamente, falou resumidamente de cada um, destacando alguns como o projeto do Transporte a Pedido, por ser um projeto que irá permitir uma melhor articulação aos utentes dos hospitais do Médio Tejo e entre os três hospitais. Referiu o projeto piloto que está a ser desenvolvido em Mação.-----

Um outro projeto que realçou foi o do Empreendedorismo e a fantástica parceria que estamos a desenvolver com o IAPMEI. Referiu as reuniões municipais que estão a ter lugar nas autarquias para delinear algumas estratégias neste âmbito.--

Não deixando para trás e considerando um projeto fulcral, referiu a Central de Compras da CIMT. Comentou que era um projeto que permitia economias de escalas e que visava o bom senso.-----

A Presidente da Mesa da AI questionou quais os deputados que estavam interessados em intervir, tendo sido dada a palavra ao deputado José Batista.-----

Este deputado começou a sua intervenção fazendo referência que era essencial a presença do executivo nas reuniões da AI para um debate mais alargado e um melhor esclarecimento das situações que eram neste órgão abordadas.-----

Comentou o estudo piloto que estava ser desenvolvido com duas Comunidades Intermunicipais piloto referindo estarem a ter um bom desenvolvimento e ser mais um trabalho que servirá de ponto de partida para competências que podem vir a ser transferidas para as CIMS.-----

No âmbito do QREN referiu estarem investidos cerca de 70% em centros escolares, com cerca de 41 candidaturas. Face a estes números alertou que seria importante pensar desde logo qual a dinâmica que estes centros escolares irão ter.-----

Focou o Empreendedorismo como um projeto também relevante. No âmbito da Central de Compras e do Transporte a Pedido.-----

Terminou a sua intervenção solicitando que lhe fosse de igual modo esclarecido no que respeita aos compromissos assumidos e pagos, qual o ponto de situação.-----

Por sua vez foi dada a palavra ao deputado Rui Gonçalves que focou essencialmente o projeto Médio Tejo Digital. Começou por se mostrar muito preocupado com a questão do Internet Data Center com data de 2004. Frisou a questão da fibra óptica que não foi entretanto criada, contudo neste momento orçamentada para ser efetuada a ligação entre os municípios ao data center.

Alertou para a verba que está em jogo e referiu que preenche o tecto orçamental nesta matéria.-----

Mais uma vez referiu a questão dos sites que se encontram a funcionar mal, com uma apresentação não muito fora do usual, realçando a vergonha que é um site demorar a abrir cerca de 30 segundos. Disse que os sites estão desregulados.-----

Tendo em conta os valores que têm vindo a ser focados no âmbito do MTD referiu a verba surreal que é contemplada no âmbito deste projeto, não percebendo para onde são canalizados cerca de quatro milhões de euros. Ainda referiu que numa pesquisa que efetuou que este valor é elevadíssimo, sabendo de antemão que no mercado existem variadas empresas que fazem o mesmo trabalho por valores muito abaixo dos que aqui são apresentados.-----

Terminou a sua intervenção referindo efetivamente não perceber para onde é canalizado este dinheiro e alertando que em tempos de crise que se fazem sentir, estas verbas deveriam ser repensadas, reanalisadas.-----

Por sua vez interveio o deputado Silvestre Pereira que reafirmou a necessidade do projeto Médio Tejo Digital ser reanalisado. Comentou que o valor apresentado era demasiado elevado na relação custo/benefício. Chamou a atenção para as tecnologias que o mercado hoje em dia oferece, mais baratas e fiáveis.-----

Terminou a sua intervenção referindo que estava constrangido com os valores apresentados.-----

A Presidente de Mesa da AI passou a palavra ao Presidente do Conselho Executivo que evidenciou a coragem política do deputado Rui Gonçalves e da sua intervenção sobre o Médio Tejo Digital. Comentou serem quase cinco milhões de euros, e estava preocupado com esta situação. Esclareceu que a CIMT não tem por parte dos técnicos de informática das autarquias a interação desejável, isto porque, cada um quer puxar a "brasa à sua sardinha" e olha mais para o que lhe é desejável na sua câmara. Foram tecidos alguns comentários sobre este projeto, bem como, a razão pela qual tivemos de pedir apoio a uma empresa externa a GFI Portugal para nos ajudar. Contudo, continua, referiu sem perceber bem o que se pretende, até brincando com a situação e dizendo que daqui a uns tempos se calhar teremos de pedir outro apoio para perceber o que a GFI está a fazer.-----

Esclareceu que o Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha era quem estava a acompanhar mais de perto o Projeto Médio Tejo Digital, sendo a pessoa mais indicado para prestar mais esclarecimentos sobre este assunto.-----

Disse mais uma vez que Abrantes e Torres Novas eram as autarquias com excelentes sites, e que agora se encontravam numa situação muito inferior. -----

Comentou termos um excelente trabalho efetuado ao nível dos Centros Escolares, porque além do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, as características territoriais eram muito boas.-----

O Senhor Presidente do Conselho Executivo, solicitou à Presidente da Mesa da AI para que a Secretária Executiva, pudesse intervir sobre a questão do andamento do Médio Tejo Digital.-----

Este pedido foi concedido, tendo a Secretária Executiva iniciado a sua intervenção referindo as reuniões que estavam a decorrer no âmbito da fibra ótica, alertando para a disparidade de preços com os quais se estavam a deparar. No âmbito da Gestão em SIG, comentou que já havia muita informação disponível. No que dizia respeito aos sites disse que na altura a equipa de desenvolvimento era pequena, e estávamos a receber apoio de uma empresa externa a GFI Portugal. Referiu que estava pendente um aviso de abertura de concurso ao COMPETE, no âmbito do Médio Tejo Digital II.-----

## **2. Apreciação e votação da proposta de alterações ao Regulamento da Tabela de Taxas-----**

A Presidente da Mesa da Assembleia da AI esclareceu aos restantes deputados que estava em cima da mesa uma proposta já aprovada no Conselho Executivo sobre pequenas alterações ao Regulamento da Tabela de Taxas da Central de Compras.-

Esclareceu que, no âmbito da constituição da referida Central de Compras, se tinha verificado de acordo com o disposto na alínea o) do art.º 32.º e alínea g) do art.º 25.º dos Estatutos da CIMT, que havia necessidade de se proceder à alteração do referido regulamento, nomeadamente com a inclusão do n.º 7 no Capítulo I, art.º 1.º com a seguinte designação – Custo de Gestão de Acordos Quadro, com o valor a orçamentar dependendo do artigo ou artigos a adquirir.-----

Após esta breve explicação a Presidente da Mesa da AI questionou os Senhores Deputados se queriam intervir sobre esta matéria.-----

Não tendo havido nenhuma inscrição para intervir, o documento foi colocado a votação tendo sido aprovado por maioria com uma abstenção da CDU e sem votos contra.-----

## **3. Apreciação e votação da proposta de Regulamentos do SIADAP: Regulamento de Funcionamento da Comissão de Avaliação da CIMT e Regulamento da Comissão Paritária da CIMT-----**

A Presidente da Mesa da AI informou que havia necessidade de tomar posição sobre estes regulamentos. Esclareceu que se tratava de dois regulamentos no âmbito da implementação da SIADAP.-----

Foi dada a palavra ao deputado João Simões, que iniciou a sua intervenção para colocar um conjunto de questões em relação ao Regulamento de Funcionamento da Comissão de Avaliação da CIMT. Assim referiu que a constituição da Comissão, prevista no artigo 3º, não é clara e não garante um número ÍMPAR de membros, o que tem diretas implicações nas condições de deliberação e votação (artigo 7º nºs 1, 3 e 4). Questionou o que se entende por "responsabilidade funcional adequada" e como se concretiza "necessário" (alínea c) do artigo 3º), formulações imprecisas e susceptíveis de várias interpretações. Enfatizou a necessidade de certeza e segurança na formulação do articulado para evitar problemas para avaliadores, avaliados e até para a CIMT, dado que está em causa a avaliação de trabalhadores da CIMT.-----

Referiu que, na alínea d) do artigo 5º, a expressão "com a devida antecedência" também é imprecisa, sendo que na alínea seguinte a antecedência se estabelece por referência ao prazo do artigo 6º. No artigo 7º nº 4 alínea b) a repetição da votação em escrutínio secreto no caso de empate está mal formulada e contraria até a lei, porque impõe uma nova votação, mas nominal, ou seja já não em escrutínio secreto. Assim o teor desta alínea deve ser reformulado de modo a que a repetição da votação por escrutínio secreto se processe em nova reunião convocada para tal efeito.-----

Por último entende que em escrutínio secreto não há possibilidade de declaração de voto, o que deve ser previsto no nº 5 deste artigo 7º.-----

A Presidente da Mesa da AI deu em seguida a palavra ao deputado Ramiro Silva que referiu algumas questões antes da análise dos documentos, questionou se a

lei é de 2007 e o decreto regulamentar de 2009, porquê a elaboração deste regulamento agora. Referiu que o período avaliativo é compreendido entre o dia 1 de Janeiro e o dia 31 de Dezembro, portanto o regulamento deveria ter sido feito e aprovado no final do ano passado para entrar em vigor no início deste ano. Para além disto é necessário saber como foi feita a avaliação do pessoal desde a formação da CIMT, porque a lei 66 B como qualquer outra lei é obrigatória para todos e há penalidades para quem não a cumpre.-----

No que respeita aos regulamentos propriamente ditos, o deputado Ramiro Silva começou por referir o Regulamento de Funcionamento da Comissão de Avaliação da CIMT respetivamente:

Art.º 2.º / Competências de avaliação:-----

Comentou que faltava o mais importante, aquilo que determina a essência da lei 66B (basta ler a alínea b) e c) do artigo 58 da lei 66-B e a alínea b) e c) do decreto regulamentar 18).-----

Alerta que o regulamento salvaguarda apenas a avaliação curricular que é a mais prejudicial para os trabalhadores e por outro lado é a preferida dos avaliadores porque avaliam com base num currículo que a maior parte das vezes é muito discutível e podem avaliar a seu belo prazer, ou seja, prejudicam ou beneficiam como querem não havendo na lei grande margem de manobra para a defesa do trabalhador.-----

Embora a alínea g) do regulamento salvaguarde as demais competências que a lei prevê, não se entende porque omitir o mais importante.-----

Na alínea e) quando se fala do n.º 7 do art.º 43 da lei 66-B, se consultarmos a lei vamos reparar que o n.º 7 não existe, alertando que se deviam estar a referir ao artigo 42.º.-----

Art.º 3.º Composição:-----

1b) a Secretária Executiva – em opinião da CDU, a Secretária Executiva não pode fazer parte do Conselho de Avaliação (doravante denominado CA). A lei é clara (lê o n.º7 do artigo 58 da lei 66-B o CA é restrito a dirigentes superiores, logo referem que a secretária não é dirigente é secretária.-----

2 – A Presidência do CA pode ser delegada nos termos da lei – A CDU entende que não (atendendo ao n.º 5 e ao n.º 3 do artigo 58 da lei 66B). Só pode ser delegada de acordo com o n.º 5 quando se verificar o n.º3, que diz que é apenas nos serviços de grande dimensão, o que não é o caso.-----

3 – Refere a CDU que, depois de ser lida esta alínea não faz sentido incluir a secretária na alínea 1 deste artigo.-----

Artigo 5.º / Funções do Secretário:-----

Refere que este artigo é totalmente descabido e que a lei não prevê nada disto. Diz que lhe parece que este artigo foi feito para a referida secretária, que não pode fazer parte do CA. Portanto se ela não entrar, acha que deve ser retirado. Caso se mantenha pode ser impugnado este regulamento.-----

Artigo 7.º-----

Volta a referir que é um artigo que não faz sentido, e explica o seguinte: existe um trabalhador que vai ser avaliado ao longo do ano por um avaliador (o Presidente tem que delegar nesta função a função de avaliador por escrito). Na altura devida, ou seja, no início do ano seguinte o trabalhador através da auto-avaliação comunica ao avaliador o seu parecer da avaliação e o avaliador apresenta ao trabalhador a avaliação que lhe pretende dar. Na reunião do conselho de avaliação o avaliador comunica à CA o que pretende dar ao trabalhador e o que este espera receber. Tudo isto tem que ficar em ata, assim como a opinião do CA.-----

Depois, surge o problema das quotas e o CA pode alegar que o trabalhador terá que ter uma nota mais baixa. Quando isto acontece o processo volta ao avaliador

que pode ou não baixar a nota, caso não queira que o CA pode então baixar a nota, todos estes passos têm que ficar em ata. Até porque se o trabalhador reclamar tem que lhe ser cedida cópia da ata.-----

Por tudo isto, refere que esta coisa dos votos não faz sentido, muito menos o voto de qualidade do Presidente. O Presidente tem que acompanhar o processo de avaliação e fazer com que a lei seja cumprida, nada pode opinar a seu belo prazer.-----

No n.º 6 – Quando está em causa um membro do CA, este não só deve ficar inibido de votar ou pronunciar-se, como nem sequer deve estar presente na reunião se for ele o alvo de análise, como é óbvio.....-----

Artigo 8.º-----

No n.º 2 – O CA pode convocar avaliadores e avaliados, no período de análise da avaliação e não sempre que entenda necessário, porque deste modo pode interferir ou influenciar o processo.-----

No n.º 3 – Quando o CA convoca avaliadores e avaliados é mesmo só para ouvir as duas partes. Durante estas audições não deve o CA emitir opinião ou qualquer decisão, portanto é descabida esta história de voto. Qualquer que seja a votação nunca pode ser perante as partes envolvidas.-----

Artigo 10.º-----

Perante este artigo o Presidente tem todo o poder nas mãos e não pode, na opinião da CDU. As dúvidas que houver devem ser esclarecidas pelo CA como as decisões devem ser tomadas pelo CA e nunca por despacho do Presidente. Se um trabalhador quiser reclamar a sua avaliação com base neste regulamento, tem pano para mangas para o impugnar.-----

No que diz respeito ao Regulamento da Comissão Paritária, os eleitos da CDU esclarecem o seguinte:-----

Artigo 2.º-----

No n.º 3 o número de representantes dos trabalhadores devem ser 6 (e não os 4 como consta no regulamento) sendo dois efetivos e 4 suplentes (como diz o n.º 5 do artigo 59 de lei 66-B e o n.º 5 do artigo 22 do dec. Reg 18).-----

Falta o n.º 6 do artigo 59 da lei 66-B, que diz que a eleição da comissão paritária é por 2 anos e tem que ser realizada em Dezembro (porque estamos em Março, esta omissão não é inocente!).-----

Artigo 4.º-----

A lei (no artigo 70.º da lei 66-B) diz que o trabalhador tem que fundamentar o seu pedido de análise pela comissão paritária fazendo-se acompanhar da documentação de suporte que fundamente o seu pedido. Este regulamento diz que não pode ser necessário. O problema é que este facilitismo aparente pode condenar o pedido de revisão da avaliação do trabalhador, se ele não fundamentar bem e documentar o seu requerimento é muito difícil fazer valer a sua posição.-----

Considerando tudo o que acima foi referido, a CDU referiu que só podia votar contra os documentos em apreciação.-----

O Senhor Presidente do Conselho Executivo da CIMT prestou alguns esclarecimentos sobre estes regulamentos, contudo, verificou ser da opinião de retirar estes documentos para os mesmos serem reanalisados por um assessor nesta matéria.-----



A Presidente da Mesa da AI, face às dúvidas e questões que se estavam a colocar propôs aos restantes deputados que este ponto fosse retirado da ordem de trabalhos.-----

Comentou de igual modo que, não cabe à AI fazer alterações a estes documentos, podem sim, remeter sugestões, mas nunca alterações.-----  
Alertou que, os regulamentos são da responsabilidade do Conselho Executivo.-----

Face ao acima referido foi acordado retirar este ponto da ordem de trabalhos, bem como, foi solicitado aos Senhores Deputados que estivessem interessados em fazer sugestões que as enviassem para os serviços.-----

#### **4. Alteração ao Mapa de Pessoal-----**

A Presidente da Mesa da AI passou a palavra ao Senhor Presidente do CE para que este esclarecesse o assunto que estava em cima da mesa.-----

Deste modo, O Senhor Presidente do CE, deu conhecimento aos restantes deputados da autorização de mobilidade interna intercarreiras, da carreira de assistente técnico para a carreira técnica superior, da trabalhadora Isabel Teodósio com efeitos a partir de 26 de Dezembro de 2011.-----

Neste sentido, o Senhor Presidente do CE esclareceu que a situação de mobilidade pressupõe a existência de um posto de trabalho vago para que a mesma se possa fazer, o que se verificava em 2011, contudo, como o mapa de pessoal para 2012 foi aprovado em Novembro de 2011, esta situação não foi contemplada, pelo que se tornava necessário proceder à alteração/retificação do mapa de pessoal para 2012. Saliu ainda que a referida situação não acarreta aumento de encargos para a CIMT, uma vez que a trabalhadora recebe o vencimento da carreira de origem e que de acordo com a Lei n.º12-A/2008, de 27 de Fevereiro, as alterações/retificações ao mapa de pessoal têm de ser aprovadas pela Assembleia Intermunicipal da CIMT.-----

A Presidente da Mesa da AI colocou o documento a votação, tendo o mesmo sido aprovado pela maioria, sem votos contra, com a abstenção do deputado Paulo Mendes.-----

#### **5. Apreciação e votação do Relatório de Gestão 2011-----**

A Presidente da Mesa da AI deu a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Executivo para que este esclarecesse o que entendesse sobre o presente relatório.-

O Presidente do Conselho Executivo começou por referir que o ano de 2011 foi um ano de boa execução, bem como, todos os projetos tiveram bom ritmo de execução.-----

No âmbito do Contratualização o Médio Tejo e o Pinhal Interior Sul estiveram na dianteira do ranking nacional com uma taxa de FEDER aprovado 99% e Taxa FEDER executado 59%. Comentou a execução de uma revista online que apresenta os investimentos municipais e intermunicipais.-----

No que respeita aos projetos mais emblemáticos e que terão intervenção direta com os municípios são, começou por elencá-los e fazendo uma curta passagem por

cada um, não sendo demasiado exaustivo, pois os pormenores estavam no referido relatório.-----

Deste modo, enunciou os seguintes projetos:-----

Melhoria da Mobilidade – Transporte a Pedido – Operação Piloto na Câmara Municipal de Mação, com um bom desenvolvimento, contudo esclareceu que se aguardava por um despacho do Secretário de Estado Obras Públicas;-----

Empreendedorismo Em REDE – com o apoio do IAPMEI para a Criação de Empresas a partir de ideias de negócio e de sensibilização nas escolas para o empreendedorismo;-----

Central de Compras – foi constituída Maio 2011 e já lançou para o mercado 1 processo negociação em que no papel houve uma poupança de 17%; atualmente a ser efetuado um levantamento do âmbito refeições escolares, elevadores, seguros, entre outros.-----

Educação de Excelência – concluiu-se o apetrechamento de 34 Escolas com 78 soluções completas de Quadros Interativos e formação para 300 professores; -----

Afirmação Territorial do Médio Tejo – está a definir estratégias agregadoras nas vertentes Turística e Empresarial;-----

Gestão em SIG – através do Sistema de Informação Territorial disponibilizaram-se aos Municípios e à CIMT nos sites vários conteúdos que permitirão análises várias; -

Projeto MTD II – pendente da abertura do aviso ao Compete-----

Referiu o CHMT – com uma boa ligação entre os três hospitais, tendo já havido reuniões na CIMT com o Presidente do CHMT para abertamente mostrarmos as nossas preocupações e ouvirmos da parte dessa instituição o que tem vindo a ser feito.-----

Financeiramente esclareceu que o resultado líquido era de 62 mil €, comentando que houve um cuidado redobrado na gestão de todos os projetos e na organização interna. Concluiu que os proveitos foram superiores aos custos-----

No que diz respeito aos Mapa das Despesas referiu que o mesmo aumentou significativamente resultado do fato dos projetos terem arrancado em 2010 mas o ano do grande desenvolvimento foi 2011.

Concluiu referindo que as despesas totais no exercício 2011 totalizaram 3 219 621,64€. -----

A Presidente da Mesa da AI questionou quem estava interessado em se inscrever para efetuar as suas considerações. Foi dada a palavra ao Deputado Ramiro Silva, da CDU. Iniciou a sua intervenção fazendo uma apreciação global e tecendo algumas particularidades.-----

Globalmente referiu que o relatório estava bem elaborado, com clareza suficiente e com dados suficientes para ser bem apreciado. Contudo não percebia quem devia à Comunidade 1.094.774,45€ que constam no balanço, nem o que deu origem aos 1.330.580,59€ que constam na demonstração de resultados com custos e perdas extraordinárias.-----

Em particular começou por comentar que nas fichas de projetos estava toda a informação que se precisa; destes projetos poderia exigir-se melhor: dos 22, só 9 têm execução física acima de 75% e 9 não chegam a 50%.-----

Da despesa gerada (3.218.622€) pagou-se 62% - (1.987.909€), tendo ficado em dívida 1.230.712€ (38%). Referiu que quase se equilibrava com os devedores.-----

Disse de igual modo que, a execução da despesa e da receita também poderia ter sido melhor 40,11% e 49,99% respetivamente.-----

Bem como a execução do PPI: global 45,51%, anual 33,21%.-----  
Apesar das taxas de execução ainda não corresponderem às necessidades e ao que consideram desejável, apresentam uma melhoria, referiu este deputado.-----  
Face aos condicionalismos impostos durante o ano, pelas duas troikas, a CDU vota a favor do relatório de gestão de 2011, até como incentivo para que 2012 seja melhor.-----

Por sua vez interveio a deputado Ana Cláudia Cohen do PSD dizendo que o ano de 2011 foi um ano muito específico e com algumas dificuldades.-----  
Refere ver esta situação com algum agrado e preocupação. Com agrado pois 2011 foi um ano com o desenvolvimento e arranque do QREN, bom aproveitamento ao nível das candidaturas e uma boa otimização de recursos.-----

Com alguma preocupação pois verificou baixa taxa de execução em alguns projetos, tal como, os condicionalismos e problemas que a lei dos compromissos vai trazer para o funcionamento das várias entidades.-----

A Presidente da Mesa da AI passou de seguida a palavra ao deputado João Simões, pelos Independentes de Tomar.-----

O deputado João Henriques Simões começou a sua intervenção referindo que o Relatório de Gestão 2011 da CIMT mantém uma elaboração cuidada, a qual permite uma leitura fácil e contribui para uma análise conclusiva mais fundamentada. Referenciando as ACTIVIDADES PREVISTAS (página 6 e seguintes do Relatório) especificou a título de exemplo o "sistema integrado de transportes", com calendarização 2011-2012, que só tem uma taxa de execução física de 5% e questionou qual a razão desta tão baixa taxa e se era ainda exequível a sua total execução; também a título de exemplo apontou a "rede regional de transportes", com calendarização 2008-2011 e com uma taxa de execução física de 70%, o que leva a concluir que não atingiu a sua conclusão, questionando se ainda poderia vir a ser concluído. Quanto aos RECURSOS FINANCEIROS da CIMT (página 43 do Relatório) apontou a comparticipação dos Municípios que baixou 18% em relação a 2010 e questionou a sua razão de ser; sublinhou que os apoios do QREN subiram de forma substancial mais 82% em relação a 2010, o que indicia que os estrangulamentos do QREN, existentes no ano anterior, parecem ultrapassados. Sobre a ORGANIZAÇÃO INTERNA questionou o que objetivamente se quer dizer na página 49 - cujo teor reproduziu na íntegra. Terminou a sua intervenção referindo que ia votar a favor do Relatório de Gestão de 2011.-----

Foi entretanto dada a palavra ao deputado Rui Ferreira. Referiu não pretender falar da gestão, mas sim, gostaria de obter um esclarecimento, uma justificação pelo facto de na anterior reunião não estar ninguém do Conselho Executivo presente, e terem sido convocados novamente para discutir os assuntos hoje aqui falados.-----  
Chamou a atenção pelo facto de se falar em poupança, tempos de crise, mas não referir os cerca de três mil euros que se estavam a gastar com as senhas de presença dos deputados.-----

A Presidente da Mesa da AI prestou alguns esclarecimentos sobre esta matéria, comunicando que todos os deputados já sabiam o que efetivamente tinha acontecido. Mais uma vez, mencionou o facto de não se terem na altura conseguido conciliar as agendas quer da Presidente da Mesa quer do Executivo.-----

O Senhor Presidente do CE pediu também, a possibilidade de intervir para esclarecer o Deputado Rui Ferreira que quando tem de dar satisfações deste género as transmite à Presidente da Mesa da AI e lamentou o facto. Contudo referiu que se estavam preocupados com os valores gastos com estas reuniões, propunha que na reunião de hoje os deputados prescindissem das suas senhas de presença.-----

De seguida foi dada a palavra ao deputado Silvestre Pereira que esclareceu ver com agrado e clareza a apresentação do relatório de gestão, felicitando os serviços. Comentou a melhoria ao nível da taxa de execução do QREN mencionado que dificuldades existem sempre.-----

O deputado Trincão Marques disse que o assunto da passada reunião estava sanado e ultrapassado.-----

O deputado Ramiro Silva disse que na altura em que falou na ausência do executivo que a CDU tinha sido a única força política que não se tinha pronunciado.-----

O deputado Manuel Dias felicitou o CE porque o documento estava muito bem apresentado referindo que não era uma situação muito comum em instituições públicas.-----

O deputado Paulo Mendes eleito por Tomar pelo BE comentou não se poder pronunciar sobre esta matéria.-----

Foi referido pelo Senhor Presidente do CE e pela Presidente da Mesa da AI um documento que vai ser aprovado em reunião de Conselho de Ministros que vai criar constrangimentos financeiros, ou seja, a Lei dos Compromissos vai marcar o Poder Local no nosso país, até mesmo em Câmaras Municipais com uma boa "saúde financeira".-----